

J. M DE MACEDO: UM PROFESSOR NO IMPÉRIO

Carollina C. R. de Lima¹

Resumo

Joaquim Manuel de Macedo consagrou-se como romancista e teatrólogo no Segundo Reinado. No entanto, a carreira literária não impediu que ele se dedicasse à docência, à pesquisa histórica e ao ensino de História do Brasil em um momento crucial para a produção historiográfica brasileira, o estabelecimento de diretrizes educacionais no país e o advento de um mercado editorial, preocupado, também, com a difusão de manuais didáticos. Nesse sentido, este artigo busca recuperar a trajetória do famigerado “escritor de Itaboraí” como professor e, a partir dela, pensar o lugar social da docência na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Educação, Professores, Joaquim Manuel de Macedo, História, Segundo Reinado.

¹ Doutora em Teoria e História Literária, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente Adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pesquisadora da Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In)formação, Currículo e Trabalho (REDPECT).
E-mail: carollinadelima@ufba.br.

Introdução

O ano de 2020 marca o bicentenário de natividade do escritor brasileiro Joaquim Manuel de Macedo que figura nos livros de história da literatura como o precursor do romance romântico no Brasil, com o famoso **A moreninha**, de 1844. Para além de sua primeira e mais conhecida obra, “o escritor de Itaboraí” – como era referenciado pela crítica especializada à época – deixou uma produção extensa e variada que inclui outros romances, peças de teatro, crônicas e livros didáticos, trabalhos que, por sua vez, ainda precisam ser (re)visitados, uma vez que dão pistas sobre o imaginário cultural e as formas de organização social e política que marcaram o Oitocentos brasileiro, bem como denotam o projeto político-educacional-literário macediano, partilhado também por parte da classe dirigente imperial.

Além da literatura, Macedo dedicou boa parte de seu tempo à instrução, como professor de História do Colégio D. Pedro II, escritor de livro didático, membro do conselho diretor da Inspetoria de Instrução Primária e Secundária e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, malgrado a relevância de seu trabalho no campo educacional, é seu legado literário que tem maior destaque nos estudos acadêmicos. Desse modo, a ideia desse texto é recuperar a trajetória de Macedo como professor de História e, a partir dela, pensar o lugar social da docência no Segundo Reinado. Nesse sentido, este artigo, ao propor uma investigação que tem como ponto de partida um “nome próprio”, tem a pretensão de analisar, como bem pontuou Carlo Ginzburg (1989, p.175), “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.

Nascido na freguesia de Itaboraí, a região – relativamente – próxima à Corte caracterizava-se pela produção de alguns provimentos, como feijão, farinha e açúcar. Em um de seus textos sobre sua terra natal, Macedo (1845, p.180) ressaltou que os homens de Itaboraí “representavam papéis, quem ninguém chamaria de secundário, na grande cena da política, na magistratura, na administração provincial, etc.” Embora a fala tenha um tom “bairrista”, não deixa de sinalizar a participação das elites itaborenses na política nacional, que, certamente, facilitou o acesso de Macedo à tribuna e aos círculos letrados do Império.

As informações sobre a infância de Macedo são escassas. Tânia Serra, sua principal biógrafa, afirma que ele pertencia a uma família modesta, que seu pai era dono de uma pequena farmácia e teria sido juiz

substituto e vereador em alguns momentos. (SERRA, 1993). No entanto, apesar da suposta origem humilde, Macedo formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, em 1844, com a tese **Considerações sobre a Nostalgia**. De acordo com José Galante de Souza, o texto estava mais para o romanesco do que para o científico (SOUZA, 1979, p.134), evidenciando sua veia literária por meio de metáforas e torneios sintáticos.

Após a formatura, o escritor parece ter clinicado por pouco tempo, provavelmente entre 1846 e 1848 – período em que seu nome aparece na lista de médicos da cidade de Itaboraí, publicada no **Almanack Administrativo, Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro**. A nosso ver, o sucesso d'**A moreninha** entre os leitores e a crítica foi decisivo para o abandono da carreira médica, no entanto, naquele contexto político o bacharelado o credenciava a pertencer a um grupo seletos de homens, “uma intelligentsia empenhada em transformar a sociedade através do aparelho estatal, por cima das instâncias eletivas”, para citar, o importante texto de Luis Felipe de Alencastro, em **O fardo dos bacharéis** (1987).

Além do bacharelado, o casamento também foi uma mola propulsora social para Macedo. A noiva, Maria Catarina Sodré, era filha de uma família abastada, ligada à produção de aguardente. O sogro rico, Baltazar Sodré, o sogro rico, parece não ter concordado com o matrimônio (SERRA, 1993, p.32), provavelmente, porque o escritor não pertencia a nenhuma família de linhagem aristocrática. Embora Macedo não tivesse “sangue azul”, como mostra os estudos de Selma Mattos (1993, p.8), ele era membro da “boa sociedade” e pertencia ao grupo dos “dirigentes imperiais”, posição conquistada pela variedade de ofícios – romancista, jornalista, professor, político – e pelas redes sociais formada por eles. Nas palavras da historiadora:

Colaborações e participações que não rendiam ao “doutor Macedinho” apenas prestígio pessoal; elas possibilitavam, ademais, a aproximação entre os literatos, levando à construção de uma identidade comum, à compreensão do papel que desempenhavam, no momento em que a atividade literária permitia a identificação do que era nacional, empenhando-se por sublinhar a singularidade do Império do Brasil no conjunto das “nações civilizadas”. (MATTOS, 1993, p.15)

À época, homens públicos, como Macedo, que também se ocupavam das atividades intelectuais e literárias no país eram conhecidos como “homens de letras” (CANO, 2001). A lista de romances e peças teatrais é

extensa, depois de **A moreninha** (1844), vieram outros romances românticos, tais como: **O moço loiro** (1845), **Os Dois Amores** (1848), **Rosa** (1848), **Vicentina** (1855) e **O Forasteiro** (1855), todos editados primeiro como folhetins, nos jornais da Corte, e depois em livro. Romances urbanos, cheios de tipos sociais e situações do cotidiano, “histórias quase sempre caracterizadas por um estilo miúdo, mas que não deixava de desvendar ‘quase sem querer alguns mecanismos essenciais da moral burguesa’” (MATTOS, 1993, p.15). Além dos romances, escreveu peças de teatros e sátiras políticas, como **A carteira do meu tio** (1855) e as **Memórias do sobrinho do tio** (1867). Entre 1869 e 1876, depois de encerrada sua legislatura, ele retoma a produção em prosa e publica **A Luneta mágica**, **O Rio do Quarto**, **Nina**, **Vítimas Algozes**, **As mulheres de mantilha**, **A namorada**, **Um noivo e Duas noivas**, **Os quatro pontos cardeais**, **A misteriosa** e a **Baronesa do Amor**. Nesse mesmo período, Macedo fechou contratos de reedição de suas obras com B. L. Garnier, um dos maiores tipógrafos da Corte. Dentre essas publicações estava a compilação de suas peças teatrais mais importantes – **O Cego**, **O Fantasma Branco**, **O Primo da Califórnia**, **A torre em concurso**, **Coubé**, **O culto ao dever** –, romances e seus livros didáticos.

O jornalismo, por sua vez, sempre atraiu Macedo. Antes de ir estudar no Rio de Janeiro, ainda moço, ele já escrevia para um jornal de sua cidade natal, o **Itaborense**. (MATTOS, 1993, p.12). Entre 1843 e 1845, ele se tornou colaborador da revista literária **Minerva Brasiliense**, na década seguinte, era redator da **Guanabara**, ao lado dos expoentes da primeira geração romântica, Gonçalves de Magalhães, Fernandes Pinheiro, Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias – a quem substituiu na cadeira de História do Brasil, no Colégio D. Pedro II.

Macedo também colaborou com folhas de grande circulação, como o **Jornal do Comercio**, na coluna dominical “A semana”; com a **Revista Popular**, editada por Ganier; e a **Semana Ilustrada**, de Henrique Fleuiss, tida como inovadora por seu projeto gráfico. Durante um curto período, 1852 e 1854, o escritor dirigiu a folha política **A Nação**, impresso que deu impulso à sua candidatura em 1854. No final da década de 60, ele retorna ao jornalismo político com textos em a **Reforma**, gerida por Francisco Otaviano.

Além da imprensa, Macedo foi, por ininterruptos 37 anos, colaborador assíduo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição chave para consolidação de um projeto nacional idealizado pelas elites letradas e. na qual ele chegou a ocupar o respeitado cargo de 2º vice-presidente. Facultada a um seleto grupo de homens, a entrada de Macedo nesse espaço foi obra de Joaquim Norberto de Sousa Silva e Manuel José

de Araújo Porto Alegre que, em 1845, o recomendaram para correspondente, ampliando suas redes sociais na Corte.

A criação do IHGB, em 183, estava em consonância com o debate sobre a natureza da ciência histórica que perpassava o mundo ocidental naquele momento. Quatro anos antes, a França – uma referência cultural e intelectual para as elites brasileiras – fundava o seu **Institut Historique** de Paris, com o qual a instituição brasileira manteve contato por meio de cartas e intercâmbio de impressos. A inspiração para o IHGB, segundo Manoel Salgado Guimarães, eram as academias ilustradas criadas no Velho Mundo no ocaso do século XVII, nas quais predominavam uma visão linear e progressiva da história (GUIMARÃES, 1998, p.10).

Em última instância, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez parte do projeto político das elites brasileiras oitocentistas, no contexto de um período conturbado para as forças conservadoras que atuavam no país, durante a regência de Araújo Lima. O novo empreendimento imperial tomava para si a missão de oficializar uma narrativa histórica que dessa legitimidade à Nação, com tão pouco tempo de vida. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de um projeto civilizatório que se estendeu à área educação.

A concepção de História que marca a fundação do IHGB a caracteriza como uma “mestra da vida”. Nessa perspectiva, a narrativa histórica seria fundamental para resgatar grandes personagens e eventos do passado, com os quais se pode aprender alguma lição. Além disso, havia a preocupação de inserir o Brasil no rol das grandes nações, símbolos da civilização e das luzes. Como destaca o primeiro secretário Januário da Cunha Barbosa, em seu discurso na abertura da instituição:

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas, que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação os diversos fatos da nossa história, e os esclarecimentos geográficos do país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros”. (BARBOSA, 1839, p.9)

A ciência histórica é vista como um dos motores da civilização de um povo. Esse lugar social que a narrativa histórica passa a ter no século XIX forja as bases epistemológicas que norteiam a historiografia moderna, cujo processo também provocou a profissionalização do historiador, exigindo desse profissional uma formação específica, relacionada às teorias e metodologias próprias desse campo do saber.

Macedo e o Colégio D. Pedro II

[O colégio D. Pedro II é] um dos acontecimentos que mais honram aos nossos contemporâneos; é o feito que mais deve concorrer para o progresso e brilho das letras brasileiras. (Macedo em MINERVA BRASILIENSE, dez. 1843).

No ano em que a sede do IHGB migrou para o Paço, 1848, Macedo foi admitido como professor no Colégio Pedro II. O trabalho no IHGB, aliado à sua boa reputação, projetara Macedo para este importante posto. Inicialmente como professor de Geografia e História Antiga, depois como de História do Brasil.

Ser professor, além do prestígio social, tinha outra vantagem: garantia proventos mais regulares do que a carreira literária. Isso não significa dizer que os professores eram bem remunerados, o próprio Macedo reclama (indiretamente) dos baixos salários da carreira. No entanto, tendo em vista que os ganhos como escritor eram sazonais, porque estavam atrelados ao fechamento de novos contratos, a garantia de uma renda mensal era importante para sua organização financeira. Desse modo, ousou afirmar que a carreira docente foi a principal atividade profissional de Joaquim Manuel de Macedo, isto porque além do longo período de exercício, foi sua principal fonte de recursos materiais.

O Colégio D. Pedro II foi criado, em 1837, para ser uma referência educacional para todo o Império. Este caráter modelar conferiu à esta instituição uma importância ímpar tanto para a constituição dos planos de ensino, como da própria carreira do magistério no Brasil. Nesse sentido, pensar a trajetória de Macedo nesse estabelecimento é também uma forma de tematizar o lugar social da docência e de seus profissionais em um período de consolidação da política brasileira e de construção de uma identidade nacional.

O novo colégio da Corte começou a funcionar em 1838, tendo seu primeiro estatuto aprovado em janeiro desse ano. No discurso que abriu o período letivo – em 25 de março daquele ano –, Bernardo Pereira Vasconcelos, Ministro da Justiça e do Império, enfatizou que a função do Colégio D. Pedro II era: “[...] oferecer um exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação colegial é preferível à educação privada.”

O ministro Vasconcelos despendeu muita energia para tirar do papel o projeto de criação do Colégio D. Pedro. Além da articulação política, ele foi pessoalmente acompanhar as obras de adaptação do prédio e participou das discussões para a formulação do programa de estudos e do

regulamento institucional. Em um discurso na Assembleia Geral, em 19 de maio de 1838, Vasconcelos reconheceu que o documento normativo “em quase todas as suas disposições é copiado dos regulamentos dos colégios de França” e as modificações ficavam à cargo “de homens que gozam da reputação de sábios e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses estatutos”. (Diário do Rio de Janeiro, 21/05/1838). Inicialmente, o quadro de professores foi formado a partir da “livre nomeação do governo” (DORIA, 1997, p. 65), abrindo espaço para eventuais indicações políticas. No entanto, como atesta o juízo emitido por Macedo em **Um passeio pelo Rio de Janeiro**, tais indicações não comprometeram o reconhecimento de que os escolhidos tinham as competências necessárias para o magistério:

A simples menção dos nomes do reitor e dos professores com os quais se ia inaugurar o Imperial Colégio de Pedro II devia bastar para os primeiros fundamentos do crédito do estabelecimento. Porque, em geral eram os nomeados ou recomendáveis por sua capacidade já provada nas matérias que tinham de ensinar, ou por sua reconhecida ilustração, e alguns eram até com razão considerados notabilidades. (MACEDO, 2005, p. 321).

Sobre os saberes exigidos dos professores, a lei de outubro de 1827 – primeiro esforço legal de organização a educação no território – determinava que os “futuros docentes” fossem submetidos a um teste de leitura, responder questões sobre aspectos gramaticais do texto lido, além disso, era necessário resolver alguns cálculos aritméticos. No caso das mulheres, a prova de matemática era diferente, apenas com as quatro operações básicas, a dos homens contaria com números decimais, proporções e geometria. Para as mulheres, também, eram exigidos conhecimentos da doutrina cristã, de costura e bordado, “prendas que servem à economia doméstica” (BRASIL, 1827, p.71).

A lei, nesse sentido, reproduzia a divisão de trabalho entre homens e mulheres, característica da estrutura patriarcal que engendra as relações de gênero no contexto da sociedade brasileira. Segundo Cássia Maria Carloto (2001), a divisão sexual do trabalho é uma constante na história, sendo que, frequentemente, a justificativa está fundamentada em um determinismo biológico que reitera o papel das mulheres como protagonistas da reprodução biológica.

Desse modo, no século XIX, a docência passa a ser o principal espaço para atuação profissional das mulheres. Contudo, o lugar destinado a elas era o ensino primário, entendido na estrutura educacional como um lugar menor, que exigia menos capacidade intelectual e mais candura e afeto, característica, supostamente naturais, oriundas da

maternidade. A esse respeito, Macedo (1878, p.15) afirma no prefácio de **Mulheres Celebres**, livro de leitura direcionado para as escolas femininas de instrução primária:

Cumpre-nos confessá-lo ou dizer-lo com toda a força da mais profunda convicção: sem excluir o homem do exercício do magistério de instrução primária, consideramos a mulher muito mais capaz e como que naturalmente é apropriada para desempenhar esse grande ministério com proveito consideravelmente maior para os alunos e para a sociedade.

Pelas suas próprias condições sociais limitadas, mesquinhas e exigente de mais severos e austeros deveres morais, a mulher, em geral é melhor mais digna, mais respeitável, mais virtuosa do que o homem. E a mulher destinada pela natureza à ser mãe, tem seu coração todas as maravilhosas delicadezas, todos os segredos da doçura do amor maternal, que ainda sem que ela tenha filhos, fáceis a tornam como suave mãe das meninas, de quem é professora ou mestra.

A ideia de que as mulheres eram responsáveis pela formação das crianças, como mães e professoras, fazia parte das teorias civilizatórias que preconizavam o progresso material e moral da nação a partir de seu desenvolvimento intelectual e da manutenção dos valores cristãos. Com esse intuito, a política de formação das mulheres para a docência se intensifica no final do oitocentos. A professora Jane Almeida, em **Mulher e Educação**, ressalta que o processo de inserção das mulheres no magistério, não deve ser entendido como uma concessão dos homens ou mesmo resultado da migração deles para postos de trabalho mais em remunerados (ALMEIDA, 1998, p.65).

Outro elemento latente na concepção da docência que perpassa o imaginário oitocentista, também presente no prefácio de *Mulheres Célebres*, é a associação do magistério com uma vocação evangélica e da figura do professor com a de um missionário. Nas palavras – quase proféticas – de Macedo (1878, p.6):

Se na mais decadente e corrompida das nações um milagre de Deus dotasse a sociedade depravada com os *tesouros de mães* de famílias e de *exemplares professores* de instrução primária na altura de seu grande ministério, com certeza no fim de poucos lustros se regeneraria a nação que profundamente estragada se mostrara.

Tal visão equipara a docência a um sacerdócio, imagem que se fortalecia com a presença marcante dos dogmas religiosos e de disciplinas como História Sagrada nos programas curriculares das instituições educacionais e nos exames de seleção para o magistério. Esse processo de sacralização do professorado se expressa também na exigência de uma postura exemplar e do cumprimento dos preceitos da religião cristã por esse profissional.

Na estruturação do sistema de educação, os professores secundaristas eram melhor remunerados em relação aos professores do ensino primário. Já os docentes do Colégio D. Pedro II e dos Liceus Provinciais, instituições voltadas para a formação das elites, estavam no topo da hierarquia profissional. (GONDRA; SHULLER, 2008). No caso do D. Pedro II, o processo de seleção de docentes via concurso público seria implementada a partir de 1847. Naquele ano, cinco candidatos participaram do primeiro concurso. No parecer remetido ao governo, o reitor Joaquim Caetano da Silva, apresentou um perfil do professor selecionado.

João Baptista Calogeras – Possui bem as línguas e as literaturas Grega, Latina, Francesa, Italiana e Inglesa; é dotado de raro talento, de uma cabeça filosófica e grande facilidade de elocução e tem se aplicado com muito mérito e proveito ao estudo da História. Pelo que o considero capaz de reger a cadeira com indisputável superioridade. Esteve dois anos em Bolonha e nove em Paris. (*apud* DORIA, 1997, p. 66)

As características apontadas pelo reitor demonstram que a instituição valorizava muito os estudos históricos e filosóficos. Calogeras tinha um perfil ilustrado e apresentava boa desenvoltura para a função docente. O conhecimento de línguas também era reconhecido como um elemento importante. Ademais, sua vivência no exterior também foi destacada pelo reitor, indicam que a instituição buscava estar alinhada ao modelo das escolas estrangeiras, sobretudo as francesas, reforçando a fala do ministro Bernardo Vasconcelos no momento de inauguração do Colégio.

Quando Macedo ingressa no Colégio D. Pedro II, o estabelecimento com onze anos de funcionamento já havia passado por algumas reformas em seu estatuto, bem como já havia estabelecido seus processos burocráticos e seu método de ensino. Indicado pelos colegas de IHGB, inicialmente, Macedo foi designado para o cargo de professor de Geografia e História Antiga, com um salário anual de 800\$000 (DORIA, 1997, p.68). Parece-me interessante pontuar algumas questões acerca dessa remuneração, uma vez que havia internamente uma diferenciação salarial

entre os professores, de acordo com a cadeira e o número de lições que ele ministrava. Os docentes de filosofia recebiam um subsídio maior. Por exemplo, em 1838, de acordo com E. Dória, em **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)**, os docentes recebiam parcos ordenados anuais: ao passo que o capelão recebia 700\$000, os professores de "Latim, Grego, Aritmética e Geografia teriam 500\$000, os de Desenho e Música 400\$000. Enquanto desse lição única semanal o professor de Francês receberia 200\$000" (DORIA, 1997, p.36).

Passados seis anos, ao que tudo indica, os professores não haviam tido reajuste salarial. Em 1844, por exemplo, o professor de Inglês Diogo Maze pediu demissão ao Governo porque não lhe convinha mais lecionar por quinhentos mil réis anuais. (1997, p.61). Dois anos antes de abandonar o cargo, Maze teria protocolado um requerimento solicitando ao Ministro do Império um aumento dos ordenados, mas não obteve sucesso.

As informações apresentadas por E. Dória sobre a subsídio pecuniário pago aos professores do Colégio D. Pedro sugere que Macedo ao ser nomeado pela instituição, provavelmente, recebia um salário anual maior que outros colegas. A meu ver, há três hipóteses para essa ocorrência. Primeiro, como a remuneração variava de acordo com a disciplina, as cadeiras relacionadas à História e à Filosofia eram valorizadas pelo Colégio, visto a importância que estas ciências passavam a ter para a consolidação do projeto político das elites brasileiras. A segunda hipótese diz respeito à excelente reputação que Macedo gozava como romancista e sócio do IHGB, condição que poderia lhe render maior poder de negociação em relação ao salário. E uma terceira hipótese estaria relacionada a uma política de reajuste dos subsídios implementada entre 1845 e 1849, resultado das reivindicações dos docentes e do impacto da demissão de Maze.

Nesses anos de pesquisa sobre Macedo, nunca encontrei uma reclamação direta a respeito do salário "minguado" de professor no Colégio D. Pedro II. No entanto, em 1857, na ocasião da morte de seu ex-colega e ex-professor de matemática da instituição, Lino Antônio Rabello, Macedo chamou de "extremamente mesquinho" o ordenado que Rabello recebia por suas aulas. Razão pela qual, ele teria abandonado o magistério para trabalhar como inspetor da Tesouraria da Província de Minas. (MACEDO, 1857, p. 85).

Os gestores do Colégio D. Pedro II reconheciam que a remuneração oferecida estava aquém do necessário para que os professores vivessem confortavelmente. Nesse sentido, uma fala de 1839 do Pe. Leandro De Castro Rabello – recuperada por E. Dória – escancara o problema:

Permita-me V. Exa. a observação de que se exige fixarem-se quanto antes os ordenados dos professores e dos principais empregados do Colégio porque se até julho eles não tiverem sido fixados o Colégio vem a perder um de seus mais acreditados professores – o Dr. Joaquim Caetano da Silva, o qual é convidado para ir no Colégio de Jacuecanga na Ilha Grande ocupar duas cadeiras, vencendo por uma 800\$000, e por outra 400\$000, com jubilação passados 20 anos de ensino. (apud DORIA, 1997, p. 42)

A fala do padre Rebello indica a política salarial empregada na Corte em relação ao magistério: os ordenados variavam de acordo com a disciplina, as escolas disputavam para ter “acreditados professores” e os docentes, por sua vez, barganhavam com as instituições o aumento de seus salários. Além disso, a informação de que o Colégio de Jacuecanga oferecia, em 1839, ao ilustre Dr. Joaquim Caetano da Silva um ordenado de 1:200\$000 para ocupar duas cadeiras indica que, dez anos depois, ainda havia uma defasagem no subsídio oferecido a Macedo pelo colégio imperial. Em contrapartida, a cifra que ele recebia era maior que a média salarial dos professores públicos, 150\$000, demonstrando que – até então – mesmo sem experiência no magistério, sua reputação como homem de letras o credenciava para estar entre os “acreditado professores” do Segundo Reinado. Apesar do tempo que despendia com a preparação das aulas e materiais didáticos, Macedo continuou a escrever romances e peças teatrais – atividade que lhe rendia bons ganhos, apesar de irregulares.

Além da preocupação com o subsídio pago aos docentes, outras questões importantes como a ampliação de vagas, construção de escolas e formação de professores eram discutidas pelos dirigentes do Estado. O início da carreira docente do escritor de Itaboraí coincide, portanto, com um período mudanças na Educação. De acordo com o ministro Luís Pedreira de Couto Ferraz, um dos mentores do programa de reforma:

[...] eram as ideias essenciais as seguintes: vulgarizar e estender o ensino público, organizar melhor o magistério, dando vantagem no presente e segurança no futuro aos professores, mas exigindo deles também mais aptidão e maior zelo; preparar bons professores; regular as condições do ensino particular; e chamar para o centro de inspeção por parte do Governo os colégios e estabelecimentos de educação da Capital do Império. (Relatório do Ministro do Império, 1854, p.62).

Dentre os itens a serem reformados, a formação de professores ganhava destaque. O diagnóstico feito pelos ministros à época era de que

uma boa educação passava, necessariamente, pela formação de bons profissionais. Não adiantava ter o melhor método de ensino, se não houvesse quem soubesse aplicá-lo. O próprio Macedo no prefácio de suas **Lições de História do Brasil** (1861), dizia que “o professor é a alma do livro e não há método que aproveite, se o professor não lhe dá a vida, aplicando-o com paciência e consciência no ensino” (MACEDO, *Lições*, 8ªed, S/d, p.1-2). Aquilo que Macedo chama de “consciência do ensino” é, a meu ver, o conhecimento didático próprio de uma formação pedagógica.

Aliás, foi a prática que conferiu a Macedo a tal “consciência do ensino”. Formado em Medicina e romancista por oportunidade, o ingresso no magistério – em uma das cadeiras da área de História – estaria relacionado à sua atuação no IHGB. Fazer parte desse grupo seletivo conferia as credenciais que Macedo precisava para tornar-se professor do Colégio D. Pedro II, referência de ensino para todo o Império. Em 1849, o autor de **A moreninha** entrou para a lista dos professores mais importantes do Brasil. Três anos depois, acumulou o cargo de professor interino de História do Brasil, substituindo temporariamente Gonçalves Dias, de quem era próximo por causa dos trabalhos no jornalismo. Esta cadeira, ele passaria a ocupar como titular em 1859, na ocasião a disciplina foi reformulada e passou a congregar os conhecimentos geográficos, sendo chamado de Geografia e História do Brasil (1859) e depois, Corografia e História do Brasil (a partir de 1860).

Foram 33 anos dedicados ao Colégio D. Pedro II. Nesse período, Macedo assistiu à algumas reformas internas e externas na política educacional e nos programas de ensino. Nesse tempo, ele pediu licença do cargo poucas vezes, em geral por causa das atividades legislativas, que se concentraram entre 1854 e 1867. Os alunos o descreviam como um professor rígido e distante que acreditava ensinar a “verdade histórica”, não permitindo que eles questionassem ou filosofassem acerca dos temas, mas se concentrassem na repetição daquilo que estava no compêndio. (SERRA, 1993, 130). Um de seus ex-estudantes, Viera Fazenda registrou suas impressões sobre o professor Macedo:

Eu fui discípulo do Dr. Joaquim Manuel de Macedo, na cadeira de história do Brasil do Colégio D. Pedro II, quando cursava o sétimo e último ano [...] Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitisse a seus alunos apreciar a nossa história com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais. Se Nabuco fosse vivo não me deixaria mentir. Muitas vezes fui chamado à ordem, quando pretendia fazer considerações sobre a guerra holandesa, Inconfidência Mineira,

Pedro I, a dissolução da Constituinte, etc. E quando lhe dava na mente mandar o aluno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? Aquilo era grande cacetada diminuída pelo socorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa em teatro. Nesses dias Macedo levava a escrever folhetins para a **Revista Popular** ou a rever provas de escritos seus. De quando em vez, levanta a cabeça, ou não via a cola, ou se mostrava despercebido, enquanto o pobre paciente suava em bicas e almejava a hora de terminar a aula" (FAZENDA, 1924, p.243).

Macedo, como professor, era descrito como "austero" e, supostamente, conservava um ar sisudo. Fora de sala de aula, entre seus pares, ele era visto como "lhano, espirituoso" (MATTOS, 1997, p.17). Pelo que narra Vieira Fazenda, em suas aulas não havia espaço para debates, os estudantes ouviam os mestres e depois repetiam as lições. Além disso, na metodologia macediana a cópia de textos e mapas do compêndio para o caderno era uma prática comum e o pior, nesses momentos, ele se dedicava a escrita de artigos para revistas e jornais da Corte. Com estratégias nada "sedutoras", os alunos não viam a hora de terminar a aula. Contudo, a imagem que Vieira Fazenda tece do professor Macedo contraria o que ele próprio defendia como um professor e um ensino "ideal". Segundo o escritor:

Quaisquer que sejam os meios ilícitos, honestos que empregue, o melhor dos professores ou das professoras de instrução primária será sempre aquele ou aquela que conseguir fazer amar ou pelo menos não aborrecer a escola pelos seus discípulos ou discipulas. Esse problema se resolve prontamente desde que o professor ou professora sabe merecer, e pela paciência, doçura e habilidade conquistadas o amor e a estima dos meninos. E isso é tão fácil... O segredo do melhor dos métodos, e do mais frutuoso ensino se resume nisso: o menino aprenderá sempre muito mais pelo amor do que pelo medo do mestre. (MACEDO, 1878, p.7-8)

Substituir Gonçalves Dias na cadeira de História do Brasil era uma grande honra para Macedo, contudo, logo ele foi imprimindo sua marca nessa posição. As maiores mudanças metodológicas viriam, no entanto, depois dele ter se tornado o titular da cadeira, sendo uma marca desse processo a confecção de seu próprio livro didático, **Lições de História do Brasil** para uso dos alunos do Colégio D. Pedro II (em 1861).

Quando Macedo escreveu as *Lições*, no início da década de 1860, já era comum os docentes do Colégio D. Pedro II produzirem manuais didáticos. Como instituição que pretendia ser o modelo para as escolas brasileiras, era importante seus professores desenvolverem métodos e materiais pedagógicos que pudessem ser replicados em outras partes do país. Pelo que sugere o cônego Fernandes Pinheiro havia uma grande expectativa entre leitores e críticos de ver Macedo como um historiador “revestido da toga de historiador, e como magistrado da verdade, distribuir aos vultos do passado louvor ou o vitupério” (REVISTA POPULAR, 1861, p.362)

Ocupando a cadeira de História do Brasil há quase uma década, a escrita de um manual didático de história foi motivada pela necessidade de “facilitar a instrução”, apresentando, de forma cronológica, um quadro dos grandiosos eventos e personagens que marcaram a história do Brasil. A publicação, nesse sentido, traduzia a concepção de ensino de História que o autor defendia, bem como suas visões sobre a história do país e seu projeto de nação.

Certamente, é árdua a tarefa de escrever um manual didático, assim como é difícil torná-lo uma obra de referência para um determinado segmento. Macedo alcançou êxito nos dois feitos: escreveu um manual didático de História do Brasil que se tornou uma referência para os professores de História até meados dos anos 1920 (MATTOS, 1997, p.18). Na visão de Selma Mattos, trata-se de uma obra singular que sintetiza e materializa a proposta do IHGB, instituição da qual Macedo foi sócio e teve atuação marcante, bem como transmite os valores da “boa sociedade”, da qual o escritor fazia parte.

A trajetória de Macedo até esse período (meados dos anos 1960), o colocava no epicentro das discussões em torno da produção e do ensino de história no Brasil. Nessa posição é que Macedo tomou para si a “missão” de produzir uma obra didática sobre a história nacional, escrita com a pena do patriotismo e com o rigor e o engenho de um professor em exercício e de um sócio do IHGB.

Macedo, em um intervalo de dois anos, publicou duas versões de **Lições de História do Brasil**, a primeira destinada a estudantes do Colégio D. Pedro II e a segunda, a um público mais amplo, chegando às escolas de diferentes regiões do país, editadas em 1861 (com uma segunda edição em 1863) e 1865 respectivamente. A escrita desse tipo de obra requer um cuidado maior em relação à linguagem, uma vez que se destina à uma faixa etária mais jovem; um planejamento mais bem definido do desenvolvimento dos conteúdos, a fim de que as lições tenham sentido em si

mesmas, mas também se conectem ao todo; bem como, devem auxiliar o trabalho em sala de aula, respeitando a lógica que é peculiar ao ensino no contexto escolar.

Como disse anteriormente, o Colégio D. Pedro II incentivava a produção de materiais didáticos próprios, pensados para seus estudantes e a partir dos pressupostos que organizavam a instituição. Mas, não é raro os exemplos de escritores de livros didáticos que estivessem ligados a outras instituições escolares, públicas ou privadas. Além de Macedo, Antônia Maria Baker era proprietária de escola; Luiza Carolina Araújo Lopes, autora de **Lições de Geografia particular do Brasil** (1877), era diretora do Colégio Meninas Santa Luzia; na Bahia, Abílio Borges, famoso como Barão de Macaúbas, era dono do colégio Abílio da Corte, e escreveu cartilhas para leitura; Guilhermina de Azambuja Neves, além de professora, era proprietária do Colégio Azambuja Neves; Maria Emilia Leal, autora de **Rudimentos de História Universal**, recebeu prêmio por **Pequena história sagrada para a Infância**, destinado à Instrução Elementar; além de Guilhermina Loureiro de Andrade, dona de uma escola para meninas na capital fluminense, que editou em Boston o seu **Resumo da História do Brasil** para uso nas escolas primárias. (SILVA, 2008, p.27).

A historiadora Alexandra Silva analisou a trajetória pessoal dos escritores de livros didáticos no Segundo Reinado e constatou que nem todos estavam ligados à alguma instituição proeminente, como o Colégio D. Pedro II e o IHGB. (SILVA, 2008, p.32). Contudo, professores da Corte tinham mais visibilidade e gozavam de melhores recursos e condições para produzirem manuais escolares. Fora da Corte, a estrutura educacional não era a mesma. Além dos pequenos estabelecimentos de ensino, alguns docentes lecionavam em sua própria casa.

Muitos profissionais reclamavam da falta de recursos financeiros e didáticos e das condições de infraestrutura dos edifícios que abrigavam as escolas. Na segunda metade do século XIX, os professores usavam o espaço da imprensa para fazerem suas reivindicações e avaliarem o estado da instrução pública. No Rio de Janeiro, por exemplo, duas publicações - **Instrução Nacional**: Revista de Pedagogia, Ciências e Letras e **A Escola**: Revista Brasileira de Educação e Ensino – circularam na década de 1870 e foram porta-vozes dos docentes fluminenses. Diante das dificuldades relatadas, o livro didático era tratado como um instrumento que poderia auxiliar o trabalho docente. Em alguns casos, o livro destinado aos alunos era a principal fonte de formação do próprio professor. A Inspetoria de Instrução Pública, da qual Macedo fazia parte desde 1866, registrava os pedidos de compêndios feitos pelos professores e

diretores, mas nem sempre conseguia atender toda a demanda. Em 1875, por exemplo, o **Diário do Rio de Janeiro** registrou que a Inspetoria havia ordenado que 50 exemplares das **Lições**, de Macedo, fossem entregues, na cidade de Paranaguá, às professoras: Rosa Corrêa Guimarães, Maria Emerlinda Pereira Correa, Carmela Cysneiro Correa, Maria Madalena de Maricelly, Contança de Souza Pereira Alves e Córdula de Almeida Faria. Tais livros, segundo consta na notícia, seriam distribuídos “aos meninos pobres das escolas públicas” do município. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 03/04/1875).

Outra estratégia para estimular a produção de manuais escolares foi a publicação a concessão de prêmios de honra ao mérito aos autores, bem como a seleção por meio de editais públicos específicos, como o que Macedo concorreu em 1873 que resultou na, publicação de **Noções de Corografia do Brasil**. Em alguns casos, os escritores acionavam órgãos governamentais a fim de captar recursos para a edição de suas obras. (SILVA, 2008, p.28).

Livros didáticos são, como enfatiza Circe Bittencourt, mercadorias no contexto da indústria cultural. Submetidos a uma lógica mercadológica, autores, editores e livreiros buscavam atender aos gostos do público, adotar estratégias para alavancar as vendas e adequar suas obras ao discurso hegemônico. As condições de produção também passam a conformar-se às regras do mercado editorial: prazos apertados, contratos abusivos, concessão de direitos sobre a obra e intervenções dos editores. Macedo, por exemplo, alega no prefácio de **Noções** que o tempo para escrever a obra foi apertado. De acordo com o autor:

[...]que fosse esse, a extensão relativamente demasiada o principal senão desta obra! [...]. Certo é, porém, que em poucos meses e com as fracas habilitações de que dispõe ele é tudo quanto se podia exigir do seu mais consciencioso e dedicado esforço. (MACEDO, 1877).

As editoras também buscavam autores reconhecidos pelo público, como era o caso de Macedo, e pessoas ligadas às instituições proeminentes ou que apresentassem experiência reconhecida pelos pares. Certamente, há casos de professores que pela distância da corte e o anonimato não conseguiram publicar seus manuais. Em outras palavras, pertencer ao círculo de letrados ilustres era um facilitador aos profissionais da educação que almejassem ter seus livros didáticos editados.

Podemos afirmar que Macedo foi muito bem-sucedido como escritor de manuais escolares. Entre 1861 e 1882, ele produziu e viu ser editado

e reeditado pelo menos quatro didáticas, as, já citadas, **Lições de História do Brasil**, **Noções de Corografia do Brasil**, **Lições de Corografia do Brasil** e **Mulheres Célebres**, todas elas recomendadas pelos órgãos educacionais do Império. Se a entrada de Macedo no mundo dos impressos se deu pelos folhetins na imprensa periódica, sua produção didática não fez menos sucesso que os romances. Seus manuais foram reeditados e tiveram um alcance nacional, já que a fama pessoal do escritor e a recomendação de suas obras por órgãos que geriam o sistema de instrução no país, favoreceram que eles se tornassem uma referência para os professores que atuavam nas diferentes províncias.

Considerações finais

À guisa de considerações finais, caberia pontuar que Macedo figurou o rol dos mais influentes professores (de História) do Império brasileiro, gozando dos privilégios que a posição de docente do Colégio D. Pedro II lhe rendia, em um contexto de hierarquização entre os profissionais da educação, provocado pela diferença de salários e pela feminização do magistério, observado nos diferentes segmentos que estruturavam o sistema educacional: a instrução primária, a secundária e o ensino superior.

No que tange ao ensino de História, na escassez de cursos universitários para formar historiadores, o IHGB monopolizou a produção historiográfica no Segundo Reinado e estabeleceu o lugar social que a História passava a ter naquele período. Comprometida com um projeto de construção de uma identidade nacional coesa e monofônica, a ciência histórica assumiu um caráter holístico, voltada para a instrução geral e para a orientação moral da vida prática, a partir da difusão de exemplos edificantes para uma sociedade que se pretendia civilizada. A História era, em última instância, a espinha dorsal da narrativa pátria e o historiador, por sua vez, o signatário por construí-la.

A viabilização desse projeto passava, necessariamente, pela escola e, portanto, pela figura do mestre, cujo ofício tinha um papel crucial no desenvolvimento pátrio. Nesse sentido, como assinala o próprio Macedo, "o professor de instrução primária é muito mais importante do que o lente catedrático da universidade de maior nomeada" (MACEDO, 1878, p.6). Tal perspectiva, colocava a formação e a carreira docente no centro das discussões do sistema educacional brasileiro em construção à época.

Para auxiliar os professores, tornava-se necessária a produção e a distribuição de materiais didáticos, bem como o aprimoramento da própria infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. As novas demandas

movimentaram a cena editorial e ampliaram significativamente o número de impressos destinados à instrução. Na área de História, entre livros estrangeiros, supostamente, cheios de erros grosseiros e os novos compêndios nacionais, as reedições das **Lições de História do Brasil**, das **Noções de Corografia do Brasil** e de **Mulheres Célebres** demonstram a lógica de funcionamento do mercado livreiro, cuja preferência era por autores renomados e títulos com boa aceitação pelo público.

Desse modo, apesar do impacto da obra macediana na formação histórica da juventude brasileira oitocentista, o autor tem seu nome relacionado apenas ao desenvolvimento da fórmula romântica no Brasil - mesmo que, a meu ver, essa pecha também careça de revisão. Nesse sentido, aproveitando o ensejo das comemorações de natividade desse ilustre itaborense, buscamos apresentar, ainda que em linha gerais, alguns aspectos da educação imperial, a partir da trajetória pessoal e da produção macediana. Como afirmei, ao longo deste ensaio, o escritor de Itaboraí esteve no epicentro das discussões em torno das questões educacionais, dos estudos históricos e dos métodos de ensino no país. Ciente de que este texto é apenas uma introdução ao tema, entendo que há muito que se investigar a esse respeito.

Referências

Periódicos oitocentistas:

A NAÇÃO. Rio de Janeiro: Typ. da Nação de J. M. de Macedo, Covill e Cia, 1852-1854.

A REFORMA: órgão democratico. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Reforma, 1869-1879.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1821-1878.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve e C., 1833-.

MINERVA BRASILIENSE: jornal de Sciencias, Letras e Artes, publicado por uma associação de literatos, 10/1844.

O CORREIO DA TARDE: jornal político, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typographia americana de I. P. da Costa, 1848-1859.

O GUANABARA: revista mensal artista, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro: [s.n.], 1850-1855.

REVISTA POPULAR. Rio de Janeiro: B. L. Ganier, 1873.

Textos setecentistas e oitocentistas:

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – Vol. 1**, 1827.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Labirinto**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2004.

_____. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Colégio Imperial D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Imparcial, 1861.

_____. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. 8º ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d.

_____. **Mulheres Célebres**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1878.

_____. **Memórias do sobrinho do meu tio.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. **Memórias da Rua do Ouvidor.** Brasília: Edições do Senado, 2005.

_____. **Noções de Corografia do Brasil.** Rio de Janeiro, s/n, 1873.

_____. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.** Brasília: Edições do Senado, 2005.

PINHEIRO, Fernandes. **Lições de História do Brasil.** In: REVISTA POPULAR. Rio de Janeiro: B. L. Ganier, 1873.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil,** 1854.

Estudos:

ALENCASTRO, L.F. de. O fardo dos bacharéis. In: **Novos Estudos**, vol.3 nº 1, 1987.

ALMEIDA, Jane. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998. ANDRADE, Priscilla Rampin de. **Um cronista na tribuna:** Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado nacional brasileiro. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico:** uma narrativa escolar. Tese de Doutorado de História. São Paulo: USP, 1993.

_____. Livros didáticos: entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1996.

CANO, Jefferson. **O Fardo Dos Homens De Letras:** a “orbe literário” e a construção do Império Brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001.

_____. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. **Labirinto.** Campinas/SP: Mercado das Letras, 2004.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, nº 2, p. 201-214, Jan/Jun. 2001.

DÓRIA, L. E. **Memória Histórica do Colégio de Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II/MEC, 1937.

GINDRA, José G; SHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império**. São Paulo, Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de história nacional**. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, 1998.

LIMA, Alexandra. **Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2008.

LIMA, Carollina C. R. de. **Literatura de viagem e sátira política**. Embu/SP: Ed. Alexa Cultural, 2017.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. 2ªed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

MATTOS, Selma R. de. **O Brasil em lições**. A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 1997.

PATROCLO, L. B; LOPES, I. G; CRAVO, R. L. F. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da Revista da Semana. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 15, n. 3 (39), p. 173-200, setembro/dezembro 2015.

SERRA, Tânia R. C. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedo: a luneta mágica do II Reinado**. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1993.

SOUZA, Jose Galante. **Machado de Assis e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cotada, 1979.